



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Parecer nº 032 de 02 de Maio de 2019.

Projeto de Lei nº 32, de 29 de Abril de 2019.

De autoria do chefe do Poder Executivo local, o projeto em epígrafe objetiva alterar a redação dos parágrafos 3º e 8º do artigo 1º da legislação municipal de nº 4.545/2018 e dá outras providências.

O Chefe do executivo justificou a necessidade da alteração da legislação que regulamenta o parcelamento dos débitos tributários no âmbito local, sob o argumento de que as receitas municipais estão sendo suprimidas, devido à redução dos repasses tributários garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Na mensagem anexa a proposição, o ilustre chefe do executivo afirmou que o município possui créditos oriundos de dívidas dos contribuintes devidamente inscritos em dívida ativa, e caso sejam recuperados ajudarão a minorar a crise financeira.

Além disso, o autor do projeto de lei afirmou que, o parcelamento do débito tributário dos contribuintes inscritos em dívida ativa, irá facilitar o adimplemento da obrigação pelas vias extrajudiciais.

Na estimativa e declaração do impacto financeiro anexada com a proposição, está prevista uma arrecadação de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) no ano de 2019, R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) no ano de 2020, e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no ano de 2021, levando em consideração ao aumento da arrecadação dos tributos IPTU, ISSQN, TSU, ITBI e demais taxas previstas na legislação local.

A proposição em epígrafe visa suprimir as multas de mora e de ofício, e conceder maiores descontos nos juros de mora, para fins de facilitar o adimplemento das obrigações dos contribuintes, que foram devidamente lançadas e constituídas em dívida ativa até o dia 31/12/2018.

Porém, fazendo uma análise pormenorizada da proposição, deparamo-nos com uma inconstitucionalidade prevista em seu artigo 4º, pois no enunciado do dispositivo legal dispensa o contribuinte da representação por instrumento público ou particular de mandato ao optar pelo parcelamento do débito. Informando ainda que, o terceiro signatário ficará responsável pelo débito assumido, fazendo alusão ao artigo 299 do Código Civil, que dispõe sobre assunção de dívida.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Todavia, através da dicção do artigo 128 do Código Tributário Nacional, a legislação somente pode atribuir expressamente a responsabilidade do crédito tributário a terceira pessoa, caso esteja vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, tendo em vista que, o legislador atribui como sujeito passivo da obrigação tributária, a pessoa que causou o fator gerador daquele tributo. E o artigo 121 do aludido ato normativo, especifica melhor quem são os sujeitos passivos das obrigações de natureza tributária.

Desta forma, o artigo 134 e os respectivos incisos do CTN, apresenta um rol taxativo sobre a responsabilidade de terceiros no que tange ao adimplemento do crédito tributário.

Assim sendo, por se tratar de uma legislação geral, o artigo 299 do vigente Código Civil que trata sobre assunção de dívida, dispõe sobre débitos de outra natureza.

Diante de tal fato, entendemos que a proposição deverá passar por uma alteração, a fim de adequá-la à legislação federal vigente, para posteriormente ser apreciada por esta Casa Legislativa, conforme dicção do artigo 55, Caput do Regimento Interno.

No entanto, caso a proposição não seja emendada, manifestamo-nos pela inconstitucionalidade da mesma, e pela restituição ao autor da proposição, nos termos do artigo 104, I do Regimento Interno, diante da incompatibilidade do artigo 4º com o Código Tributário Nacional.

Ubá, 29 de Abril de 2019.

JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS

PRESIDENTE DA COMISSÃO

EDEIR PACHECO DA COSTA

MEMBRO DA COMISSÃO

GILSON FAZZOLLA FILGUEIRAS

MEMBRO DA COMISSÃO